

“E foi como um estrondo do mar” a luta do povo Anacé a partir das mulheres indígenas

ÁUREA MARIA DOS SANTOS MOTA FILHO (ÁUREA ANACÉ)

ARIZA DUARTE SIQUEIRA (ARIZA ANACÉ)

LUCIANA NOGUEIRA NÓBREGA

1 A luta do povo Anacé e seu território

O povo indígena Anacé ocupa tradicionalmente um território localizado nos municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, a oeste de Fortaleza, Ceará, Brasil. Presentes na historiografia oficial, os Anacé são mencionados como um povo guerreiro que realizou inúmeros levantes contra outros povos indígenas, contra os administradores locais da Coroa Portuguesa e contra as estruturas coloniais (Nóbrega, 2025).

Mais recentemente, com o avanço de grandes empreendimentos na região tradicionalmente ocupada pelos indígenas, especialmente articulados em torno do Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP, os Anacé se reorganizaram politicamente para lutar pelo direito de existirem, de permanecerem no seu território tradicional, pela saúde e educação diferenciadas e pela demarcação.

Passaram a articular diferentes atores e agências, desde universidades, mandatos parlamentares, outros movimentos sociais, organizações não governamentais, exemplificando o que Losekann denominou de “a política dos afetados” (2016). Além dessas estratégias, os Anacé também engendraram outras, a partir da corrente dos encantados, da ocupação de rodovias, das marchas, ocupações e outras

ÁUREA ANACÉ

Articuladora das mulheres indígenas e da juventude do Povo Anacé no Ceará. Coordenadora da Escola Livre de Cinema e Audiovisual do Povo Anacé - Brotar Cinema (@brotarcinema.anace).

ARIZA ANACÉ

Professora indígena, liderança das Aldeias Carauabas e Pirapora, Terra Tradicional do Povo Anacé.

LUCIANA NOGUEIRA NÓBREGA

Doutora em Sociologia pela UECE Especialista em Indigenismo da Fundação Nacional dos Povos Indígenas.
E-mail: lunobrega.adv@gmail.com

ações diretas, das retomadas; a partir da comida e das relações cotidianas de cuidado, gerando fraturas no arcabouço capitalista-colonial (Nóbrega, 2020;2025).

A partir da reorganização desse povo indígena e da atuação do Estado, que buscava evitar a institucionalização de uma força política única, que fizesse frente aos projetos de desenvolvimento pretendidos, foram instituídas territorialidades Anacé diferentes, com organizações sociopolíticas específicas (Nóbrega; Barbosa, 2021). No nosso trabalho de vivência com os Anacé, que inicia ainda em 2006, identificamos:

- os Anacé da Terra Tradicional, que corresponde a um amplo conjunto de aldeias, equipamentos públicos e retomadas, iniciando do Rio Juá ao Rio Cauípe, da Serra do Guararu à quebrada do mar. Esse território, que corresponde a algumas cartas de sesmarias concedidas aos Anacé pela Coroa Portuguesa, articula-se em torno da liderança indígena do Cacique Roberto Anacé, filho do Encantado Cacique Antônio, e das Associações Indígenas Japiman e das Aldeias Santa Rosa e Tabuleiro Grande, além dos troncos-velhos, das mulheres, da juventude indígena e das lideranças das aldeias. Os Anacé da Terra Tradicional possuem um Protocolo de Consulta e Consentimento construído após 2 anos de reuniões e formações e aprovado em Assembleia Geral¹;
- os Anacé da Reserva Indígena Taba dos Anacé, constituída pelo Governo do Estado do Ceará e Petrobrás, em 2018, para abrigar as famílias indígenas que foram desterritorializadas e reterritorializadas em uma área de 548 hectares, localizada em Caucaia e próxima a diferentes Aldeias da Terra Tradicional. A Reserva organiza-se em torno do Conselho de Lideranças indígenas, possui um Regimento

1 Disponível em: <https://observatorio.direitosocioambiental.org/wp-content/uploads/2024/12/OFICIAL-PROTOCOLO-DE-CONSULTA-E-CONSENTIMENTO-PREVIO-LIVRE-E-INFORMADO-DO-POVO-ANACE-DATERRA-TRADICIONAL-copia.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.

Interno aprovado em Assembleia e está finalizando o seu Plano de Gestão Ambiental e Territorial;

- os Anacé da Grande Aldeia Cauípe, organizados em torno da Associação Indígena do Povo Anacé do Planalto Cauípe e Adjacências. Possuem escola própria e diferenciada, mantida pelo Governo do Estado do Ceará;
- famílias indígenas Anacé que permanecem na área do Bolso, Baixa das Carnaúbas, Currupião e Matões, localidades dos municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante. Estas famílias se recusaram a ser despojadas e realocadas na Reserva, permanecendo no território tradicional. Não estão vinculadas politicamente a nenhum dos grupos anteriores, embora mantenham laços de parentesco e familiaridade com as famílias da Reserva.

Atualmente, apesar de terem garantidos os direitos à saúde diferenciada e à educação escolar indígena, os Anacé seguem em luta não só por melhorias na universalização desse atendimento, mas, principalmente, pela demarcação do território e por reconhecimento das suas existências.

A demarcação da Terra Indígena segue em suspenso. Desde 2003, foi iniciado o processo de identificação e delimitação da TI, com as primeiras demandas encaminhadas pelos indígenas à Funai e ao Ministério Público Federal (Nóbrega, 2025). Em paralelo à mora estatal, os Anacé seguem em luta, já que o seu território permanece continuamente sendo ameaçado e devastado por grandes empreendimentos.

De rodovias a porto, de eólicas offshore a projetos de hidrogênio verde e Data Centers, o território Anacé é destino de grandes projetos de desenvolvimento articulados pelo Estado do Ceará, pelos municípios de Caucaia e de São Gonçalo do Amarante e pelo Governo Federal. Argumentando uma vantagem locacional em relação a grandes mercados mundiais (Europa, Ásia e Estados Unidos), o Poder Público, em todas as suas esferas, criou uma rede de incentivos à instalação desses grandes empreendimentos, fornecendo logística, território e água a preços módicos ou mesmo gratuitos. Enquanto falta água para as famílias de agricultores familiares no interior do Estado, esse recurso é ofertado de forma gratuita ou a preços mínimos aos grandes empreendimentos

(Nóbrega, 2025, Melo, 2021). No caso do projeto de construção de Data Center de interesse do TikTok no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, reportagens publicadas pelo Intercept Brasil identificam uma alta demanda de água e energia, em uma região que sofre tanto pela instabilidade hídrica quanto energética (Martins, 2025, *online*) e que é reivindicada há décadas pelo povo indígena Anacé.

Mas, para os Anacé, a água e a terra não são meros recursos postos à distribuição e à mercê do capital. São seres com agência para articular ações no mundo. São seres sencientes, que sentem dor e podem gerar dor. Nesse emaranhado da vida, compete aos indígenas, como assim compreendem em suas ontologias, a tarefa de realizar o cuidado curativo da Terra, resgatando as matas, as águas, os parentes a partir das retomadas (Nóbrega; Barbosa, 2022). De acordo com as autoras, as retomadas são “potentes espaços de aprendizagem partilhada e de construção de novas subjetividades coletivas críticas ao projeto colonial, capitalista, patriarcal ainda em curso”. Nas retomadas, se empreende todo um conjunto de ações e práticas de ensino-aprendizagem atravessado “por uma mediação pedagógica dos encantados e por uma pedagogia territorializada, ou seja, pensada no, para e com o território” (Nóbrega; Barbosa, 2022, p. 250).

Dentre as políticas de existência (Nóbrega, 2025) empreendidas pelos Anacé, as retomadas são as que geram maior risco pela exposição concreta dos seus corpos à violência letal do poder político e do capital. Ao mesmo tempo, são as formas mais eficazes no sentido de provocar maior engajamento entre os indígenas e não indígenas, ativar uma consciência própria do “ser Anacé no mundo”, correspondendo a uma pedagogia da reversão colonial (Nóbrega; Barbosa, 2025).

As escolas indígenas Anacé da Terra Tradicional só existem por conta de retomadas. Muitas das aldeias, do cemitério onde o Cacique Antônio está enterrado, das casas de farinha, das áreas de plantio e de rituais só existem hoje no território porque os Anacé decidiram romper as cercas e os *espremidos* em que viviam para reivindicar o que sempre fora deles, mas que em momentos anteriores na história lhes foi tomado. Sentem que essa é uma tarefa

que lhes cabe como um mandado dos encantados, da corrente de encantaria que governa o mundo não visível.

No contexto das retomadas e de outras lutas também, o papel das mulheres indígenas é central. São elas que sustentam a vida cotidiana, “aguentando o tranco”, acionando os homens quando a polícia chega ou os “capangas do posseiro”. Vão segurando o território, produzindo a vida e, com isso, “adiando o fim do mundo” (Krenak, 2019).

No entanto, ao mesmo tempo em que lutam pelo seu povo, as mulheres indígenas também disputam processos de reconhecimento de suas existências. Operam sobre essas mulheres intrincadas redes e políticas de ocultação e de invisibilidade (Nóbrega, 2025), buscando silenciar suas vozes, seus pensamentos, reflexões e, conseqüentemente, seus direitos. A invisibilização da participação política das mulheres indígenas objetifica-as, fazendo com que sejam faladas, pensadas e decididas por outros. Esse cenário faz parte de um contexto mais amplo de negação das existências, tendo o Estado e seus agentes um papel central enquanto reprodutores do patriarcado estrutural.

2 A entrevista e seu contexto

A entrevista foi realizada por Luciana Nogueira Nóbrega com duas mulheres indígenas do território tradicional Anacé, em um contexto de uma roda de conversa virtual: Ariza Duarte Silveira, professora e liderança das Aldeias Caraúbas e Pirapora, e Áurea Maria dos Santos Mota Filho, liderança do povo Anacé, representante das mulheres, articuladora da encantaria e da juventude. Ambas têm trajetórias específicas no movimento indígena, colocando-se como professoras-aprendizes de uma luta que se aprende fazendo, que se faz caminhando, como defendia Paulo Freire.

Conversamos no início de fevereiro de 2026, à noite, poucos dias depois de um grave episódio de violência ocorrido em uma das últimas retomadas empreendidas pelos Anacé no território tradicional, próximo à Escola Cacique Antônio. Após algumas semanas de muita tensão, em que foi necessário acionar o Comando de Policiamento de Apoio às Comunidades (Copac), da

Polícia Militar do Ceará, para garantir a integridade física dos indígenas, os órgãos de apoio aos povos indígenas consideraram que a situação mais crítica e tensa havia passado e que a luta ocorreria nas instâncias judiciais. Houve um acordo verbal mediado pela Funai de que os não indígenas (posseiros) iriam judicializar a questão e, enquanto isso, os indígenas permaneceriam no local.

No entanto, antes de qualquer decisão judicial, na semana anterior à entrevista, por volta de meia-noite, homens armados, cerca de 20, chegaram na retomada. Naquele momento, havia majoritariamente mulheres, crianças e idosos. Segundo os relatos e as fotos que foram socializadas pelos indígenas, “torturaram o povo que estava lá. Foi muita peia, muito spray de pimenta. Eles mandavam abrir a boca dos parentes para soltar o spray na garganta”. Os indígenas apanharam de “pau, de enxada, de facão mesmo”.

Os documentos, pertences pessoais dos indígenas, instrumentos do sagrado dos Anacé (tambores, maracas, cocares) foram destruídos. Quem estava na retomada foi expulso do local apenas com a roupa do corpo. Foram mais de quatro horas de tortura, levando muitos indígenas a procurarem socorro na escola próxima e atendimento médico no dia seguinte. “Aterraram a cacimba que os meninos tinham limpadado. Bateram em todo mundo, mulher, criança, idoso. Quem estava lá, apanhou”, conforme relataram os Anacé.

Apesar do acionamento aos órgãos indigenistas e de segurança pública, não houve prisão dos agressores nem abertura de inquérito policial para apurar os fatos, gerando um clima de maior desconfiança e descrença dos Anacé nas estruturas do Estado: “Só quem nos garante é Deus. É pai Tupã e os encantados. É a nossa luta e só, e mais ninguém”.

Em resposta a esse episódio de violência, o Cacique Roberto Anacé escreveu esse texto e publicou em grupo de mensagens do Povo Anacé, no dia 29 de janeiro de 2026:

A demarcação do povo Anacé não nasce de um papel. Ela vai sendo construída no ventre das mães, nas mãos calejadas que seguram a enxada, o maracá e a criança. São muitas mães, em muitas frentes, tecendo a luta pela Mãe Terra, pelos nossos sagrados, pela vida que insiste em permanecer. Cada nome que caminha nessa luta é um fio. Fio que não se

rompe, fio que vai sendo trançado um a um, até virar território. É assim que as leis vão sendo escritas: no passo firme da retomada, no assobio do vento que responde ao canto da sabiá, na escuta atenta da terra que reconhece seus filhos. O que hoje chamam de retomada, nós chamamos de retorno. Retorno ao que sempre foi nosso. No plantar do Cacique Antônio, a terra aprendeu nossos nomes. No nascer de cada novo Anacé, o território se levanta de novo. No assumir do pertencimento, o chão reconhece o pé. A Retomada do Bambuzal é semente viva. É raiz que rompe o concreto do esquecimento. É casa erguida com coragem, é escola de resistência, é altar onde a memória não se curva. A quem está na linha de frente: vocês não estão sós. Cada passo é acompanhado pelos encantados, cada noite vigiada é guardada pelos ancestrais. O território já sabe quem são vocês. E por isso, cedo ou tarde, a justiça do papel terá que reconhecer a justiça da vida. Seguimos. Porque quem luta pela Mãe Terra não luta só por hoje – luta para que o amanhã tenha raiz, nome e espírito.

Luciana: Mulheres, vamos começar a nossa conversa. A nossa ideia, da Professora Lia² e minha, que estamos organizando uma edição temática - Câmbio Climático, Agroecologia e Soberania Alimentar no Sul Global – para a revista *Tensões Mundiais*, era dar voz ao povo Anacé, as mulheres Anacé, falando sobre as suas experiências de vida. É uma conversa assim, muito tranquila, em que vocês têm a oportunidade de falar sobre essa luta e de divulgá-la em vários espaços, inclusive esses acadêmicos. Daí, a primeira coisa que eu queria pedir é que vocês falassem de si: quem é a Ariza e quem é a Áurea Anacé. Como é que vocês se definem?

Ariza: Bom, sou Ariza Anacé e digo que estou engatinhando na luta. É que são poucos anos que a gente está aí, no movimento. Eu acho que 3, 4 anos, mas a cada dia, a cada momento, a cada festa, a cada confraternização, a cada luta, a cada ritual é aprendizado de resistência. A gente sempre tem um ensinamento, que

2 Referência à Profa. Dra. Lia Pinheiro Barbosa.

é a encantaria, ancestralidade que nos mostra um ensinamento. Então, eu me defino dentro do movimento como uma aprendiz, que tá sempre aprendendo e buscando levar ao chão da aldeia esse conhecimento. Tento fazer todo esse filtro para transportar esse conhecimento para as outras pessoas que também estão comprometidos junto conosco no movimento. Porque a gente sempre tem que deixar o povo incentivado com o movimento e com a luta Anacé, porque é uma luta constante. São esses momentos, grandes e valiosos, que vão ensinando pra gente. Então, eu me considero dentro do movimento como uma aprendiz. Uma aprendiz e uma interlocutora desse oceano que é o movimento do povo Anacé, essa luta do povo Anacé da Terra tradicional.

Áurea: Vixe, meu currículo é grande, mas vamos lá. Eu sou Áurea Anacé, sou liderança do território da Terra tradicional, do povo Anacé da Terra tradicional. Sou liderança do meu povo e nora do cacique Antônio, o cacique que está plantado dentro do território. Então, eu sou uma pessoa que luta pelos direitos do meu povo no nosso território. Luto pela existência do meu povo, pela espiritualidade que nós temos dentro dos nossos territórios. Sou liderança das mulheres indígenas e sou produtora Brotar Cinema do Povo Anacé, articulo a Juventude Indígena também com a questão do audiovisual. Faço parte do Conselho de Saúde Indígena do povo Anacé. Vivo nessa correria, lutando para que o nosso território tenha demarcação. Porque só a gente sabe qual é a luta que a gente vem travando. O cacique Antônio se foi e deixou essa responsabilidade conosco, não é? E aí, tanto eu, junto com o cacique Roberto, somos que estamos à frente desse movimento, que estamos nessa resistência e ajudando e colaborando todo com esse povo. Quem está dentro dos seus territórios vem sofrendo essas agressões, vem sofrendo essa retirada de direitos. E eu sou essa pessoa que procura ajudar a todos e proteger o que nós temos de mais importante, que é o território e a nossa espiritualidade.

Luciana: São muitas coisas. Cada uma de vocês é liderança e aprendiz e, ao mesmo tempo, lutadoras. Como vocês descrevem um pouco essa caminhada de luta do povo Anacé. Vocês identificam avanços nessa caminhada? Desde que você entrou no movimento, Ariza e, você, que está desde o começo da luta,

acompanhando, não é Áurea, vocês identificam avanços? Como é que você descreve essa caminhada de luta?

Ariza: Eu acho que sim, que a gente tem avançado, tanto na questão da luta do povo, da Terra tradicional em geral, como também na participação das mulheres nos espaços de decisões. Nas lideranças das aldeias, a maioria somos mulheres. Então a gente vê esse protagonismo feminino também em relação às retomadas. Então, tem avançado. Avançamos também na saúde. A gente tem de lutar e resistir para avançar na demarcação. A gente vem avançando na educação. Isso é muito importante. A educação e a saúde é o pilar, mas eu acredito que a educação, ela é muito importante para um povo. Não sei se é porque eu sou da educação e vou puxar aí sardinha para o meu lado, mas a educação ela é muito importante para um povo, porque é quando a gente vai ter essa formação mesmo, que é social, que é política, que é de mentalidade mesmo. Então, eu acredito que a gente tem avançado. Na saúde, ainda é precário. Mas uma luta que a gente vem é essa expansão da nossa saúde, porque é um pequeno grupo ainda que é atendido pela saúde. Nas escolas, a gente também vem travando aí uma luta com o Estado em relação a nossos meninos do ensino médio, que ainda não temos. Então, tudo é luta, mas eu acredito que, desde quando começou até agora, eu penso que sim. Nós estamos avançando junto, tanto quanto povo, como também como mulheres, procurado esse protagonismo que é nosso.

Áurea: a Ariza falou tudo. Em poucas palavras, mas falou tudo. Temos 2 escolas indígenas no nosso território e, agora, vamos para a terceira escola em retomada, que é a do Camará [região do território indígena, localizada em Caucaia, Ceará]. A gente avançou na saúde um pouco, mas precisa avançar mais um pouco, porque tem localidades que ainda não são atendidas. E a questão da educação, estamos sim em luta tanto por uma educação melhor para os nossos curumins, quanto para dentro da comunidade. Tem também a questão da agricultura, que a gente nunca deixa de trabalhar, de estar organizando e articulando a parte

da agricultura³. E a gente tem avançado um pouco sobre essas questões, com muita luta, com muita dificuldade, com muita resistência. A gente tem avançado. Embora a gente tenha que fazer diálogo, mas também fechamento de BRs para fazer eles nos ouvirem, entendeu? Para a gente poder fazer eles nos ouvirem, a gente precisa mobilizar o povo e ir para as ruas mesmo, dizer que nós estamos aqui e nós precisamos ser ouvidos. Então, com toda essa força que não é só do cacique, mas de todo o povo, a gente tem feito que pessoas nos escutassem, que o governo nos escutasse e que pessoas também viessem para conversar com a gente, para se somar à luta, para poder a gente estar dialogando e avançando nessa caminhada. Então, é por essa caminhada de luta, por esse enfrentamento, que a gente vai ter aí uma reforma da escola Cacique Antônio, da escola Raimundo José⁴, nesse processo de também vir melhorias para o povo indígena. Com muito esforço, a gente tem encontrado algumas barreiras e vai quebrando elas, né? A gente diz aquele toré, não é? “Bambeia, mas não arreia” e nós estamos firmes e fortes aqui.

Luciana: E quais vocês acham que são os principais desafios atuais do povo Anacé? E na perspectiva de vocês, como mulheres indígenas, quais seriam esses principais desafios hoje?

Áurea: Luciana, assim, o desafio do que não é só dentro do nosso território, mas eu acho que no contexto geral é que nós precisamos ser escutadas. A gente sempre, como mulher, a gente nunca é escutada primeiro. Então a gente tem, precisamos que as pessoas nos escutem e compreendam o que nós estamos falando. Por que nós falamos? Porque nós somos as primeiras que sentimos na pele a mudança do clima, a mudança do território. Quando mexe no território, quando mexe com a espiritualidade do nosso povo, nós

3 Os Anacé da Terra Tradicional constituíram, em janeiro de 2026, uma Associação específica para trabalhar com os agricultores indígenas, articulando ações, projetos e políticas de fortalecimento à agricultura indígena.

4 Trata-se das Escolas de Ensino Infantil, Fundamental e de Educação de Jovens e Adultos Cacique Antônio Ferreira da Silva, localizada na Aldeia Tabuleiro Grande, e Raimundo José dos Santos, localizada na Aldeia Japuzara. Ambas são mantidas pelo Município de Caucaia, sendo a gestão e os professores majoritariamente indígenas Anacé. Os Anacé, atualmente, lutam pela abertura de turmas do Ensino Médio voltadas aos indígenas e pela ampliação da rede de ensino.

sentimos muito mais do que os homens. Não é que nós queremos ser melhores do que eles. Mas, quando a gente fala, quando a gente diz as coisas, geralmente tem 123 homens que não querem nos escutar, mas a gente, como insistente, como mulheres de resistência, estamos ali, não é?, dizendo que nós estamos aqui, nós queremos ser ouvidas, porque o que a gente tem a dizer é importante. E ainda temos muitas dificuldades na questão de nos ouvirem. Então assim, nós conseguimos, porque não é à toa que a gente somos mulheres de resistência. Essa semana eu fiz uma fala. Eu disse que se eu estou onde eu estou, é mérito meu, é mérito da espiritualidade. Não preciso de fala de homem nenhum para me autorizar. E nem preciso estar por trás, nem na frente de homem nenhum, não é? Eu caminho lado a lado. Não caminho nem atrás, nem à frente. Eu não sou sombra de ninguém.

Ariza: Agora a Aurinha falou tudo, mas eu vou tentar contribuir. Em relação a essa invisibilidade que a gente até às vezes conversa, por exemplo, se a gente vai para um órgão, eu, Áurea e mais outra mulher, aí às vezes tá só o Roberto, Climério⁵ e mais alguém, ou só o Roberto e outro homem, sempre tem um homem como interventor do diálogo. Só eles falam e só eles são ouvidos. E todas as vezes, a gente conversa sempre ali, no cantinho de ouvido. Esse cara, dos órgãos, do Estado, sempre quer invisibilizar a gente. É esse machismo estrutural e cultural também. É como se a gente não tivesse esse poder de fala, como se a gente só falasse besteira, como se a gente não fosse cabeças pensantes também. Então é esse machismo estrutural que ainda vem assolando bastante dentro e fora das aldeias. E logo a gente, que tem uma dupla, tripla jornada de trabalho, que cuida de casa, a gente cuida das crianças, dos doentes. Aí nós trabalhamos, fora de casa, tem a militância do movimento indígena e o movimento de mulher, o movimento político, movimento social. Então, a gente se envolve em tudo isso e ainda tem quem queira nos invisibilizar. Em relação a essa dificuldade também de acesso a esses cargos de liderança. Mas a gente tem quebrado essas barreiras. Sobre a violência que as nossas

5 Roberto e Climério são lideranças indígenas Anacé, filhos do Cacique Antônio Ferreira, considerando um encantado por esse povo indígena.

mulheres ainda sofrem dentro das nossas aldeias, é a violência mesmo física, psicológica e doméstica. Eu acho que ainda é um dos desafios que a gente vem enfrentando, vem conversando e vem dialogando. A gente faz aqueles momentos de roda de conversa mesmo, como a gente tem feito também lá nas aldeias Caraúbas e Pirapora. Momentos assim para que a gente se apoie, procure apoio e procure escutar quem sofre. Porque, muitas vezes, quem sofre não vai chegar colocando a boca no trombone. Tem que sentir confiança com aquela liderança, tem que sentir confiança em alguém. Então, nós, enquanto mulheres, procuramos passar essa segurança para que a gente consiga fazer alguma coisa em relação a isso. Uma necessidade que eu ainda sinto essa questão de formação, de formação continuada mesmo, para alimentar essa sapiência. Um conteúdo que possar estar trazendo um empoderamento, porque a partir do momento que a mulher se empodera, que a partir do momento que a mulher toma as rédeas, não depende do marido e não se sujeita mais àquele tipo de violência. Então eu ainda sinto essa necessidade, da questão da formação mesmo, de contribuir com o empoderamento das mulheres.

Luciana: Em relação ao território Anacé, como é que vocês entendem esse território e quais os principais desafios? Como é que vocês entendem a Terra tradicional e quais os principais desafios desse território?

Ariza: A gente tem a Terra como nossa mãe, como a Aurinha falou na fala anterior dela. É a partir do momento que fere a Terra, fere a gente, porque é de lá que a gente tira o nosso sustento. É de lá que a gente tira o nosso alimento. É de lá que a gente tira a nossa cura, a cura do corpo, com a medicina tradicional, a cura do espírito. Então, a partir do momento que a gente nasce, a gente já sente que a terra é nossa mãe. É de onde a gente busca, é de onde a gente tira toda essa força. E quando a gente sente que está sendo ameaçado, quando a gente sente que está vindo, essa devastação, de empresa chegando no território e devastando nossas matas, nossa fauna, nossa flora, nossos bichos, dói mesmo. Chega a doer mesmo, de machucar, de ferir mesmo, porque é uma coisa que a gente não quer nem imaginar. Mas dói quando imagina e quando realmente se concretizar do jeito que estão querendo, como é o

caso desse Data Center no CIPP. É coisa de machucar, agredir, ferir a nossa Terra e a gente mesmo.

Áurea: Pois é, Luciana, assim é, eu tenho o território como parte do meu corpo. Então, quando ele é atacado, eu sinto que o meu corpo está sendo atacado, que meu espírito, que meu corpo-espírito está sendo atacado. Eu acho que é por isso que, quando eu vejo situações dentro do território, eu ajo de forma brutal, porque eu vou para cima, eu vou pra defender mesmo. Quando você olha para essas matas e vê árvores sendo derrubadas, carnaúbas que estão sendo derrubadas, águas que estão sendo retiradas, você adocece. Então, empreendimentos que vem avançando, que vem trazendo é várias coisas ruins para o território, isso adocece a gente. Isso adocece porque adoecemos primeiro para que depois a Terra adoecer. Como se a gente sentisse, ela nos avisasse. Porque a gente vê eles destruindo, devastando tudo e a gente não poder ajudar porque dizem que a terra não é nossa. A gente sente os bichos, as matas pedindo ajuda. A gente escuta eles e não poder fazer nada, é muito desesperador, gente! Eu sinto que a terra, no momento em que uma empresa vem, derruba e destrói. A gente adocece e sente como uma forma deles [os encantados, os bichos] pedirem ajuda e a gente tem que poder fazer alguma coisa. Então assim, está tendo muita coisa dentro do nosso território, muita, muita, muita destruição. Muita troca de corpo e de espírito por moedas de ouro, por, como o cacique Roberto fala, por espelhos. Há 500 anos, eles invadiram o nosso território e fizeram assim. Agora, estão fazendo a mesma coisa, só que diferente, com leis, com pessoas em cargos de governo para nos prejudicar, para nos atingir. Estão utilizando cargos, estão utilizando dinheiro, moedas de troca, tudo isso para continuar machucando o território. E isso atinge diretamente o nosso corpo, machuca o nosso corpo, porque sentimos primeiro. Quando acontece isso dentro do território, eu fico uns 2 dias doente, sem conseguir me levantar, como se estivesse com febre, não é? Mas eu tenho que me levantar. Eu tenho que seguir em frente. Eu tenho que começar tudo de novo, para que a devastação não venha a ser tanto para dentro do nosso território e para que eu e os curumins e os encantados também não venham a sofrer tanto. Então, quando eu vejo que começa a

querer tirar de nós, de nosso povo, esse território, isso me magoa. Eu abro a porta aqui da minha casa, e eu vejo a Serra [da Japuara, Terra Indígena Anacé], e eu fico pensando, será que daqui a 40 anos, essa Serra vai estar nesse lugar? Será que daqui a 40 anos, essas matas vão estar dessa forma?

Ariza: Será que eu vou estar nesse lugar? Eu penso assim, Aurinha.

Áurea: Pois é, Ariza, será que eu vou estar neste lugar? Não é porque eu não queira, é porque eles [os inimigos do povo Anacé] estão dando moedas de trocas pela minha cabeça, pela cabeça do cacique, entendeu? Então, assim, será que eu vou alcançar a demarcação do nosso território? Será que essa luta vai parar por aqui e eles vão ficar com o nosso território? Então isso tudo eu fico me perguntando e às vezes perco até sono durante a noite nesses pensamentos.

Luciana: Áurea, eu acho que essa finalização da tua fala tem tudo a ver com a última pergunta, que é, como é que vocês imaginam o futuro dessa luta e do território do povo Anacé? Era a minha última pergunta.

Ariza: E ela já deu spoiler. Pois é, mas complementando e trazendo um pensamento. Para nós, que temos uma cabeça mais dinâmica, que sai para trabalhar fora do território e tem essa visão diferente, já dói, já machuca ver essa devastação, a gente já adocece, né? Agora, como é que eu vou chegar para meu pai, que é de idade, que nasceu e se criou aqui, e dizer que ele vai ter que sair do território dele? Da terra dele? A visão é essa. Não tem como... a gente luta [choro] e tem esperança por dias melhores. Mas não é fácil.

Luciana: Gente, desculpa. Sei que tratar desses assuntos emocionam a gente mesmo, principalmente no contexto dessa última retomada e da situação de tortura que parentes Anacé de vocês passaram. Minha pergunta, essa última, tinha o objetivo de vocês conseguirem produzir, pelo menos mentalmente, esse futuro possível, naquilo que a gente consegue imaginar o nosso futuro.

Ariza: Eu imagino o território demarcado.

Luciana: O território demarcado. Então, é essa dimensão subjetiva que está lá no fundo, que nos faz continuar andando.

Ariza: Demarcado, mas a gente lutando, todo dia...

Luciana: Todo dia. Mesmo com todas as dificuldades, então é a gente ainda está de pé.

Ariza: E o que é que a gente faz para estar de pé, é a esperança, não é?

Áurea: Essa semana eu fiquei com medo, Luciana, de não acordar, sabe? De ser assassinada... De perder a minha vida aqui dentro, por conta dessa nossa luta pelo território. Então, assim, eu me fechei um pouco, não é? E pedi, pedi, sim, à espiritualidade que tudo isso passasse. Que a nossa demarcação viesse de uma forma que não precisasse de levar um de nós para que a nossa terra fosse demarcada. Assim, para que a gente não perdesse um dos nossos, quando eu vejo uma pessoa, mulheres, sendo torturadas de meia-noite até 3 horas da manhã, então eu senti a dor delas, sabe? Eu ainda sinto a dor delas. Elas estavam lutando pelo território, elas estavam lutando para que aquelas matas não fossem destruídas, para que aquele canto não fosse devastado. Então assim chega pessoas, sabe? E fazem o que fazem, agridem, machucam, torturam, porque foi tortura. Porque eles exigiam que elas dessem conta de mim e do Roberto, por isso foram torturados. Então isso me doeu, sabe? Eu pensei, meu Deus, por quê? Por que isso tudo? Sabe? Aí chega aqui o Programa de Proteção⁶, manda as grades para minha casa, colocam as câmeras, para quê? O que foi que eu fiz *para mim* viver presa, sabe? O que foi que eu fiz para eu ser vigiada 24 horas? Eu não poder ter liberdade? Ver os meus filhos sair de dentro de casa? Então, assim, nessa luta, por essa luta, eu sei que a gente vai para que, quando a gente se for, a gente vai voltar para a Terra, como o cacique Antônio falava. Então, assim, é uma luta que nós estamos travando para nos proteger a terra, para que depois nós vamos se deitar nela, não é? Então esses dias eu fiquei preocupada, porque eu achei que eu não ia ver a demarcação do território, não. Até hoje, eu, na reunião, na audiência pública, eu falei. A mulher da Seplam [Secretaria de

⁶ Áurea e outras lideranças indígenas Anacé são incluídas no Programa Estadual de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos, por conta de ameaças que vivenciam cotidianamente às suas vidas pela defesa do território.

Planejamento Urbano de Caucaia] disse que nosso território não estava lá, não existia porque não era território demarcado, não sei o quê. Então assim, isso me magoou um pouco, porque eles não nos veem. Eles não nos reconhecem. A Semace [Secretaria Estadual do Meio Ambiente] não vê a gente como pessoas, que somos nativos desse território. Eles veem a gente como se a gente fosse pessoas que tivesse ali incomodando eles. Só que nós não incomodamos. Nós estamos aqui, entendeu? Estamos aqui. Nós não estamos incomodando. Isso aqui é nosso, isso aqui é o nosso corpo, é nosso espírito, é nossa espiritualidade, é nossos troncos velhos. É daqui que nós, que nós tiramos, sim, alimentação espiritual, alimentação física.

Ariza: Eles fazem isso mesmo, dizem que a gente não existe no nosso território. É tanto que, por exemplo, no [estudo ambiental do] Data Center, a gente nem citado é como povo atingido. Nenhum desses empreendimentos do CIPP nos reconhece e a gente está aqui, sempre esteve aqui. Eu sei que esse Data Center, ele não vai mexer só com a Caucaia, só com o Estado do Ceará. É bem maior. Mas a gente não é nem citado. É um apagamento mesmo para não ter que prestar conta de nada. Se não tem ali um povo, se não tem ali pessoas, não tem com quem prestar conta. E é tanto dinheiro, é tanto poder que como é essa questão dos nossos, que passaram por esses momentos, a gente sente. É só mesmo a ganância. É a ganância demais. É a ganância pelo poder. É a ganância, é pelo dinheiro. Não importa o que vai destruir, não importa quem vai destruir. Mas é sempre querendo mais. É vendendo o Estado inteiro, o pouco que resta de água, de matas... o pouquinho que resta. No Sertão também, é para onde eles vão correr atrás de colocar eólicas, as placas solares, as linhas de transmissão. Então é bem complicado essa parte... Mas pensando na pergunta, a gente pretende continuar nessa articulação, tanto as mulheres, como mesmo o povo se fortificando, fortalecendo a nossa identidade e fazendo com que essa voz ecoe, que passe da gente. Nos curumins, através da educação, como a gente falou falado antes e que dê continuidade nessa história e na luta. Tudo isso para que mais cedo ou mais tarde esteja demarcado, com saúde, com educação, com lazer, com tudo o que o nosso povo

tem direito, para viver, para sobreviver, para existir. Então a gente pensa nisso para o nosso futuro.

Luciana: Liberdade de poder andar no território sem medo, não é?

Áurea: É verdade, é verdade. Pra gente ter um pouco de sossego. Abrir as portas, viver sem medo.

Luciana: Eu queria propor uma última coisa para a gente para encerrar nossa conversa. Queria pedir, se vocês pudessem, pensarem em algum trecho do toré para a gente encerrar pedindo força para a Encantaria, para o dia que vem. Se vocês puderem, fechem os olhos um pouquinho, se concentrem e se puderem, cantem a primeira música do toré que vier na mente. Aquilo que a encantaria mandar.

Áurea: “E as ondas do mar / já vem chegando / e as ondas do mar /já vem, chegando / e aguenta o tombo / no tombo da maresia / e aguenta o tombo / no tombo da maresia”.

Luciana: Obrigada, Áurea e Ariza. E como diz aquela outra música do toré: “E os Anacé renasceram / foi como um estrondo do mar”.⁷

REFERÊNCIAS

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LOSEKANN, C. A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no 20. Brasília, maio - agosto de 2016, pp 121-164.

MARTINS, L. **Ceará autoriza data center do TikTok a usar sete vezes mais água do que o previsto no licenciamento ambiental**. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2025/11/27/ceara-autoriza-data-center-tiktok-sete-vezes-mais-agua-licenciamento/>. Acesso em 10 fev. 2026.

MELO, J. A. T. **A tríplice dimensão da natureza da água como condição para a justiça hídrica**: um estudo ecológico, social e jurídico a

7 Trecho de uma música entoada nos rituais do toré do Povo Anacé: “Os Anacé renasceram /e foi como um estrondo do mar / pois a corrente tá feita / Tupã não deixa quebrar”.

partir de conflitos socioambientais no território do Pecém, no Ceará. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

NÓBREGA, L. N. O povo indígena Anacé e o complexo industrial e portuário do Pecém, no Ceará. **Revista de Ciências Sociais da UFC**, v. 51, p. 165-211, 2020.

NÓBREGA, L. N.; BARBOSA, L. P. Entre Terras, Territórios e Territorialidades - O Povo Indígena Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Ceará. **Revista Fronteiras e Debates**, v.8, p. 117-139, 2021.

NÓBREGA, L. N.; BARBOSA, L. P. Uma Pedagogia das Retomadas: ensinamentos e aprendizagens a partir do Povo Indígena Anacé. **Revista Faebra**, v. 31, p. 248-267, 2022.

NÓBREGA, L. N. **“Eu fui tão feliz que dói”** – entre políticas de invisibilidade e políticas de existência: os Anacé e o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Ceará. Fortaleza: Editora UFC, 2025.